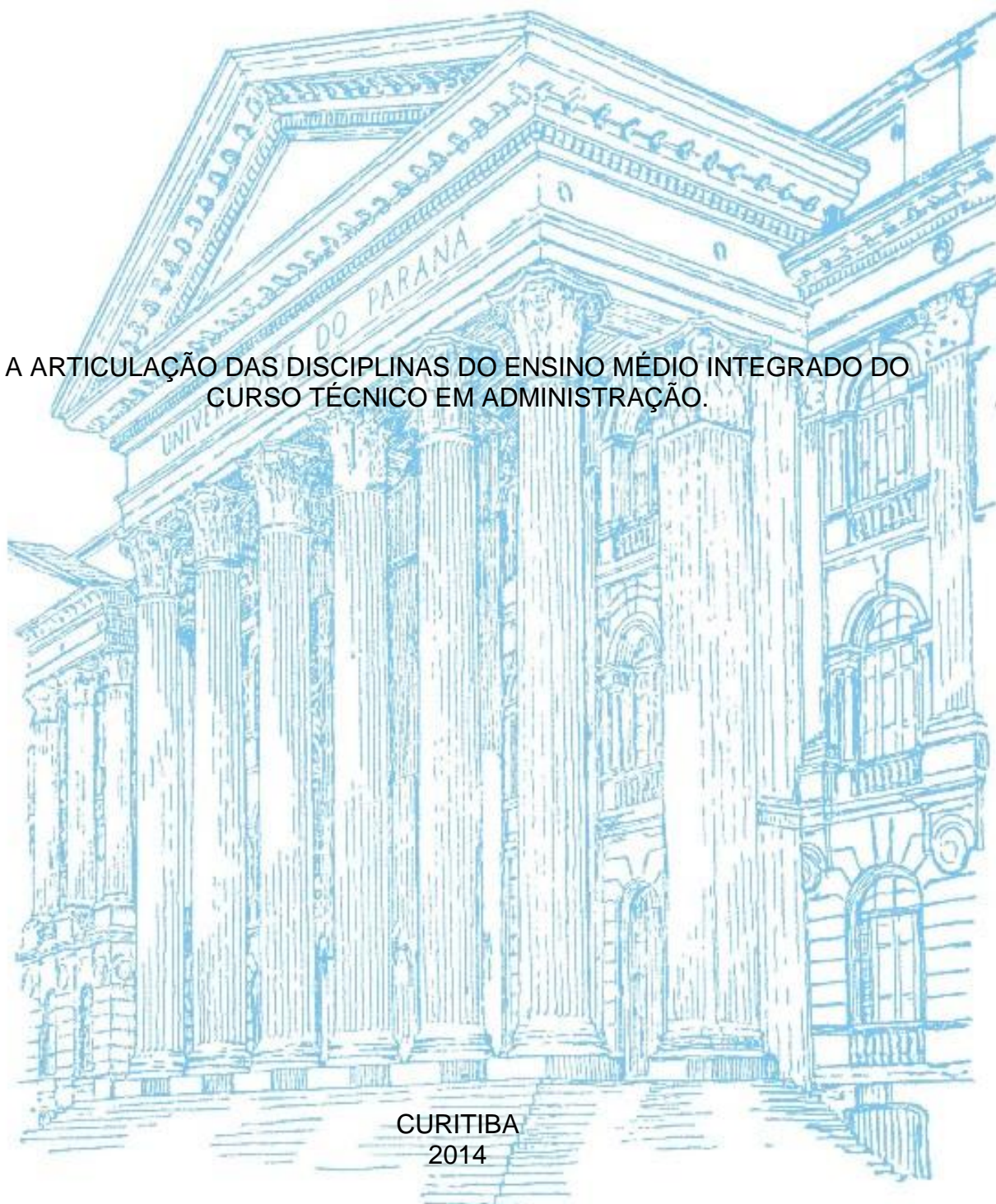


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

EDUARDO JOSÉ DE OLIVEIRA FIRAK

A ARTICULAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO.



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

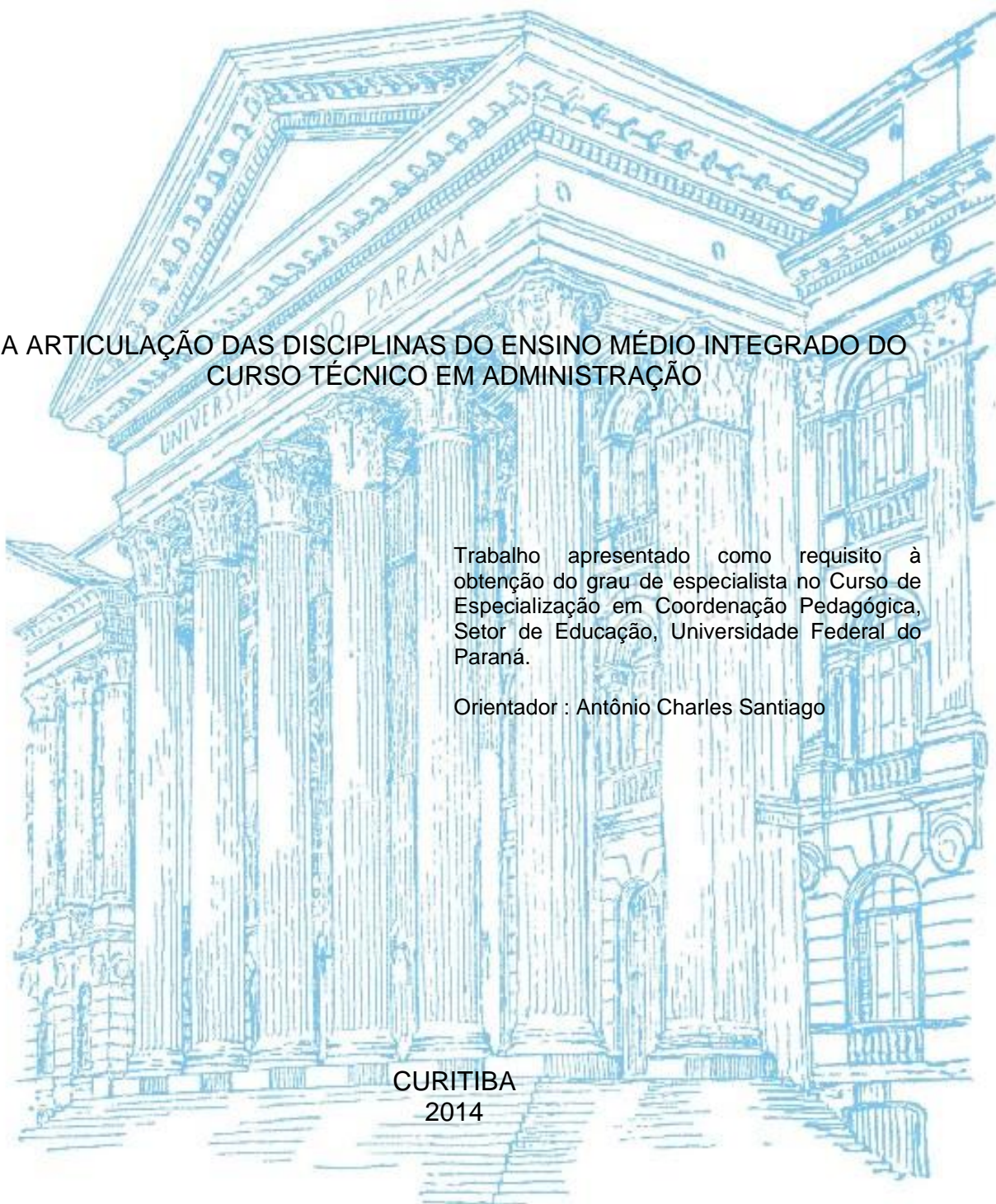
EDUARDO JOSÉ DE OLIVEIRA FIRAK

A ARTICULAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso de
Especialização em Coordenação Pedagógica,
Setor de Educação, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador : Antônio Charles Santiago

CURITIBA
2014



A ARTICULAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Eduardo José de Oliveira Firak

RESUMO

O planejamento escolar é um aliado fundamental para que os profissionais da educação alcancem os resultados dos objetivos propostos no início de cada ano letivo. Embora muitas das ações previstas possam não ser concretizadas devido à própria flexibilização do plano, a postura dos professores de uma escola deve ser de total comprometimento com os parâmetros estabelecidos pelo Projeto Pedagógico. Esse trabalho mostra a diferença de planejamentos no Colégio entre professores que iniciam suas atividades no período normal de aulas e os que são contratados após a semana de planejamento. Além da não integração entre esses educadores, existe ainda desconhecimento dos objetivos do curso e do profissional que está sendo formado implicando na falta de motivação do aluno, o que acarreta muitas vezes na desistência do curso.

Palavras-chave: Educação Profissional, Planejamento Escolar, Currículo.

Artigo produzido pelo aluno Eduardo José de Oliveira Firak do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Antônio Charles Santiago.

INTRODUÇÃO

A realidade nos impõe sempre a pensar sobre o tipo de sociedade que visamos quando educamos. Visamos a uma sociedade que inclui, que reconhece a diversidade, que valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos e não uma sociedade que exclui, que discrimina e que nega direitos. Tais preocupações já estiveram presentes na construção da LDB.

O desenvolvimento científico-tecnológico impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas passa a exigir do trabalhador cada vez maior apropriação de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, uma vez que “a simplificação do trabalho contemporâneo é a expressão concreta das tecnologias através da operacionalização da ciência”. Ou ainda, quanto mais avança o desenvolvimento das forças produtivas, mais a ciência se simplifica, fazendo-se prática e criando tecnologia; ao mesmo tempo, a tecnologia se complexifica, fazendo-se científica; ambas formando uma nova cultura, criando novas formas de comportamento, ideologias e normas. Como resultado, estabelecem-se novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais, que passam a demandar o domínio integrado dos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos.

Reconhecendo que as transformações no mundo do trabalho exigem, mais do que conhecimentos e habilidades demandadas por ocupações específicas, conhecimentos básicos, tanto no plano dos instrumentos necessários para o domínio da ciência, da cultura e das formas de comunicação, como no plano dos conhecimentos científicos e tecnológicos presentes no mundo do trabalho e nas relações sociais contemporâneas, implica constatar a importância que assumem as formas sistematizadas e continuadas de educação escolar.

A partir desta perspectiva justifica-se o desenvolvimento das competências exigidas pelo modo de produção capitalista, a partir de uma sólida educação básica inicial, complementada por processos educativos que integrem, em todo o percurso formativo, conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento sócio-histórico, ou seja, ciência, tecnologia e cultura.

Ao iniciar o ano letivo, na semana pedagógica o Colégio conta com a presença dos educadores que trabalham com as disciplinas básicas, ou seja da Base Nacional Comum do Ensino Médio e do Ensino Médio Integrado. Os educadores que ministram aulas das disciplinas específicas do Curso Técnico em Administração, a maioria deles são PSS, portanto são contratados pela SEED após essa semana de planejamento e quando chegam à escola, as aulas já iniciaram, portanto recebem as ementas das disciplinas que irão trabalhar com os respectivos conteúdos e cada um elabora o seu planejamento individualmente, não há uma integração entre esses educadores. Os professores das disciplinas básicas já planejaram suas aulas para o Ensino Médio e desenvolvem esse mesmo planejamento no Ensino Médio Integrado, não se preocupando com o Ensino Médio Integrado que possuem ementas com conteúdos e metodologias diferenciadas, que devem ser articuladas aos conhecimentos específicos do curso. A maioria deles não possuem conhecimento dos objetivos do curso e nem do perfil do profissional que estão formando. Não é disponibilizado um tempo nem espaço para encontros entre esses educadores, para que possam tomar conhecimento do currículo do curso e poderem articular seus conteúdos. Isso gera a repetição de um mesmo conteúdo em mais de uma disciplina e a defasagem de outros conteúdos de conhecimentos básicos, bem como dos conhecimentos específicos, que são de extrema importância para o cidadão e o profissional que está sendo formado e a falta de contextualização dos assuntos tratados. Fato este que faz com que os alunos fiquem desmotivados e alguns até desistem do curso.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 o Ensino Médio, etapa final da educação básica (arts. 35 e 36), vem historicamente buscando sua identidade. Ora lhe é delegada a função de preparatório para a universidade, ora sua finalidade é atender o mercado de trabalho, sendo sua função prioritária formar jovens de quinze a dezessete anos, bem como aqueles, a partir de dezoito anos, que ainda não tiveram acesso à escola média e se encontram fora de qualquer alternativa escolar.

A busca de uma identidade unificadora, de forma a superar a dualidade existente entre o ensino propedêutico e o profissionalizante, é, também, uma das lutas mais antigas em relação a esse nível de educação. Sem dúvida, trata-se de uma etapa fundamental do processo educativo a ser trabalhada junto aos jovens, que vivem momentos de transição entre adolescência e a fase adulta, necessitando de um forte apoio para maior estruturação de suas idéias, de suas relações pessoais e sociais, orientando-os numa construção coletiva e individual para inserir-se na sociedade.

A Secretaria de Estado da Educação, partindo do que está explícito na LDB 9394/96, art. 35 com relação ao Ensino Médio, define como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental que possibilitem o prosseguimento dos estudos, a preparação para o trabalho, a cidadania do educando, seu aprimoramento como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos exigidos pelo processo produtivo. O período de duração desse processo é de três anos.

Num levantamento de dados efetuado pela Rede Pública Estadual constatou-se que apenas aproximadamente 50% dos jovens têm acesso ao ensino médio, sendo que mais da metade destes o fazem no turno noturno e, grande parte, na modalidade supletivo. Quando analisado por região a desigualdade aumenta, principalmente no campo, onde apenas 12% dos jovens freqüentam o ensino médio na idade/série correspondente. O Censo Escolar de 2006 indica que houve uma diminuição de 94 mil matrículas no ensino médio regular em relação a 2005 e um aumento de 114 mil no mesmo nível na educação de jovens e adultos.

Tendo em vista essa grande diminuição de matrículas no ensino médio regular, os índices de evasão e reprovação, a Secretaria de Estado da Educação decidiu implantar o Ensino Médio organizado em Blocos de disciplinas semestrais, através da Resolução nº 5590/2008, resolve:

1. O Ensino Médio Regular, nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Estado do Paraná poderá ser organizada em Blocos de Disciplinas Semestrais;
2. Tornar optativa a organização em Blocos de Disciplinas Semestrais, com implantação simultânea a partir do ano letivo de 2009 em todos os turnos dos estabelecimentos que ofertam ensino médio;
3. Implantar matriz curricular única para os estabelecimentos de ensino que optarem pela oferta do Ensino Médio regular organizado em Blocos de Disciplinas Semestrais.

Essa implantação tem como objetivo garantir a permanência do aluno na escola, bem como de ações pedagógicas que garantam a qualidade de ensino.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A partir da segunda metade dos anos 90, com a Lei 9394/96, foi estabelecida uma nova configuração para a educação profissional, a partir do Decreto nº 2.208/97 e da Portaria MEC nº 646/97 e, ainda, com apoio do Programa de Reforma da Educação Profissional, o que teve significativa repercussão, sendo alvo de amplas discussões, num primeiro momento com o PL 1603, que tinha como objetivo principal a estruturação dos CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas, este projeto de lei foi uma iniciativa do poder executivo federal, que buscava separar o Ensino Médio da Educação Profissional.

Fundamentalmente, a Reforma estabeleceu a separação das duas redes de ensino, uma destinada à formação acadêmica, e outra, à formação profissional, que ganhou um capítulo específico na LDB. Os frágeis mecanismos de articulação previstos reforçaram a dicotomia histórica que tem marcado o Ensino Médio: de um lado, a educação voltada para a formação das elites e, de outro lado, aquela voltada aos que ingressam precocemente no mundo do trabalho.

Também em 1997 teve início o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP/MEC com utilização de recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o período de 1997-2003.

O Decreto nº 2.208/97 e o Programa PROEP/MEC, que deram materialidade à reforma da educação profissional, trouxeram como conseqüências a fragmentação do sistema nacional de educação e, em decorrência, a expansão da oferta de educação profissional pela esfera privada e a submissão da educação à lógica e às práticas do mundo dos negócios, ocasionando a redução da oferta de educação regular e gratuita e incrementando suas ações em cursos e atividades extraordinárias e pagas.

Com essa reforma a política adotada na rede estadual foi a desativação dos 1080 cursos profissionalizantes existentes até 1996 e a implantação do Programa Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná – PROEM, remetendo à iniciativa privada a formação profissional técnica de nível médio, inclusive com a utilização dos espaços das próprias escolas públicas. Este Programa, também financiado com recursos do BID, representou um “verdadeiro laboratório para criação e experimentação de alternativas para o Ensino Técnico” por sua concordância com as orientações dos organismos internacionais (FERRETTI, 1997).

Em 2003, tendo como resultado da aplicação desses programas, o Paraná apresentava um quadro precário de oferta da Educação Profissional, apontado pelo total de matrículas dos alunos.

A retomada da oferta da Educação Profissional aconteceu com a nova gestão assumida para o período 2003/2006, instituindo o Departamento de Educação Profissional no âmbito da estrutura organizacional da própria Secretaria de Estado da Educação e encerrando as atividades da Agência para o Desenvolvimento da Educação Profissional – PARANATEC, que até 2002 gerenciava as atividades relativas à oferta da educação profissional no Estado.

A política adotada pela nova gestão iniciou-se pelo levantamento e diagnóstico das reais necessidades nos estabelecimentos que mantiveram a

oferta da Educação Profissional, que foi o caso dos cursos da área agropecuária e os de formação de professores, cujos diretores, docentes, técnicos e funcionários persistiram e não aderiram ao PROEM, tendo como consequência o não recebimento de recursos financeiros para a melhoria dos estabelecimentos de ensino. Considerando esse diagnóstico, surgiu a necessidade de uma expansão e um provimento de recursos materiais e humanos, visando dar continuidade ao seu funcionamento.

Esta política de expansão considerou também a reestruturação curricular dos cursos na perspectiva de favorecer a formação do cidadão/aluno/trabalhador, que precisa ter acesso aos saberes técnicos, tecnológicos e sócio-históricos, requeridos pela contemporaneidade, contribuindo para a revogação do Decreto 2208/97 e a promulgação do Decreto 5.154/04, embora não em sua totalidade, como apontam as recentes análises sobre o tema.

Essa nova legislação possibilitou conceber propostas curriculares considerando a necessária articulação entre as diferentes dimensões necessárias à formação profissional do cidadão/aluno, na perspectiva da oferta pública da educação profissional técnica de nível médio, a qual enfatiza o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, como princípios fundantes da organização curricular integrada ao ensino médio.

O Decreto-lei nº 5154 de 23 de julho de 2004, quando promulgado, conferiu a necessária legalidade à política curricular implantada na Rede Estadual de Educação Profissional de nível técnico e a organização curricular integrada ao ensino médio, dando continuidade ao processo de implementação desta forma na rede pública estadual de ensino.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Nível Médio é uma modalidade de educação que surge para oferecer ao aluno egresso do Ensino Fundamental a possibilidade de fazer o ensino médio junto com a

educação profissional, ou melhor, a formação geral integrada com formação técnica.

O plano ora apresentado teve como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo. Assim, os três componentes curriculares: base nacional comum, parte diversificada e parte específica integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam a base da formação técnica. Por outro lado, as ciências humanas e sociais permitirão que o técnico em formação se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura.

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO

A proposta de oferta do Curso Técnico em Administração Integrado, nasce da necessidade de incrementar o setor terciário da economia. Caracteriza-se como área de Gestão, de acordo com a Resolução 04/99 – CNE (Conselho Nacional de Educação), que compreende atividades de administração e de suporte logístico à produção.

O mundo do trabalho exige cada vez mais qualidade e produtividade, portanto faz-se necessária a implantação de cursos técnicos capazes de atender a demanda local e regional, formando profissionais que, além de qualificação necessária a sua área de atuação, sejam também flexíveis às mudanças, cujos conhecimentos ultrapassem os limites de uma formação específica, permitindo a sua atuação em qualquer segmento produtivo, tanto como trabalhador empregado como empreendedor dirigindo seu próprio negócio.

O Curso Técnico em Administração em Nível Médio, com organização curricular integrada, tem como propósito o desenvolvimento pessoal e profissional do educando, procurando formá-lo com uma visão crítica, capaz de analisar as atividades econômicas, financeiras, patrimoniais e outras atividades

afins, assim como ser um agente capaz de interferir positivamente na sociedade. Hoje, conforme nos coloca CHIAVENATTO (2004) a flexibilidade, a adaptabilidade, a criatividade e a prontidão de respostas são fatores determinantes para o sucesso de qualquer profissional.

O aluno ao concluir o Curso Técnico em Administração Integrado deve dominar os conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de modo a intervir no mundo do trabalho. Executa as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

CURRÍCULO

Consultando o dicionário encontramos como significado para a palavra currículo: “parte de um curso literário; as matérias constantes de um curso”. Portanto podemos dizer que currículo diz respeito a seleção, sequência e dosagem de conteúdos da cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem. Compreende conhecimentos, idéias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos, etc...dispostos em conjuntos de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua consolidação e avaliação.

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais (SILVA, 1996).

O currículo é um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder. Por ideologia segundo Moreira e Silva pode-se afirmar que “é a

veiculação de idéias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social” (MOREIRA; SILVA, 1997, p.23). Ou seja, é um dos modos pelo qual a linguagem produz o mundo social e por isso o aspecto ideológico deve ser considerado nas discussões sobre currículo. Também não podemos separar currículo de cultura, pois tanto a teoria educacional tradicional quanto a teoria crítica vêem no currículo uma forma institucionalizada de transmitir a cultura de uma sociedade. No entanto não podemos esquecer que há um envolvimento político, pois o currículo, como a educação estão ligados à política cultural, passíveis de contestação.

Conforme Moreira e Silva (1997, p.28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”.

O currículo escolar tem ação direta ou indireta na formação e desenvolvimento do aluno. Assim, é fácil perceber que a ideologia, cultura e poder nele configurados são determinantes no resultado educacional que se produzirá. Ele se refere a uma realidade histórica, cultural e socialmente determinada, e se reflete em procedimentos didáticos e administrativos que condicionam sua prática e teorização.

A elaboração de um currículo é um processo social, no qual convivem fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, etnia e gênero.

Sendo uma prática tão complexa, há enfoques diversos e distintos graus de aprofundamento. No entanto, todas as concepções revelam posicionamentos de valor. É natural que seja assim, pois, como todo trabalho pedagógico se fundamenta em pressupostos de natureza filosófica, a escola e o professor tornam evidentes suas visões de mundo, assumindo posturas mais tradicionais ou mais libertadoras no desenvolvimento do currículo.

É viável destacar que o currículo constitui o elemento central do projeto pedagógico, ele viabiliza o processo de ensino-aprendizagem. Contribuindo com esta análise Sacristán (1999, p.61) afirma que:

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

O currículo teve origem no começo dos tempos modernos, século XVIII, na Europa. A escola elementar surgiu para atender as necessidades da nascente burguesia urbana, pequenos comerciantes que tinham necessidade de ler, escrever e expressar raciocínios matemáticos em língua vernácula local. Porém este modelo curricular da escola burguesa não conduzia a nenhum grau de ensino médio ou superior, tinha apenas o objetivo de preparar os alunos para a nova ordem social que se estabelecia.

Esse período teve três fatos marcantes em sua consolidação, sendo eles: a descoberta da imprensa, a reforma protestante e o desenvolvimento do liberalismo econômico. É imprescindível destacar que o primeiro fato facilitou a disseminação de livros; o segundo deu um fundamento religioso-cultural ao aprendizado da língua, na medida em que se considerava como direito e dever de cada um ler a Bíblia; o terceiro, por interesse da prática política, tendia a reforçar a consciência coletiva de que cada homem devia adquirir domínio intelectual suficiente para compreender os problemas políticos, sociais e econômicos de seu tempo, bem como para situar-se adequadamente no conjunto dos fatos naturais, libertando-se de temores e superstições ancestrais.

As condições sociais, econômicas e culturais do iluminismo racionalista, cujos movimentos político-filosóficos foram forjados nas tendências individualistas, idealistas e naturalistas do renascimento, exaltados pela reforma luterana, pelo racionalismo cartesiano e pelo empirismo de Bacon, originaram a escola primária comum e lhe condicionaram o currículo.

Determinou-se, então, que era fundamental à formação comum a aquisição das técnicas básicas de ler e escrever, associadas à necessidade do cálculo elementar. A ampliação desse currículo original ocorreu em função da necessidade ideológica do liberalismo, de fazer com que todos conseguissem, de modo geral, situar-se em relação ao conjunto dos fatores naturais e sócio-políticos.

Os séculos XIX e o XX assistiram às lutas pela universalização da escola para todos, isto é, para as populações urbanas e rurais. Esse processo,

marcado por momentos de maior ou menor ampliação quantitativa da escolaridade básica, assim como pelo acionar de mecanismos de distribuição desigual das ferramentas conceituais implementadas na escola, se caracterizou pelo questionamento da escola única para todos e pela escolha de diferentes quadros curriculares e formas de organização do trabalho na escola para diferentes populações (MOREIRA; SILVA, 1997).

Nesse processo, o fator econômico teve papel relevante nas mudanças que ocorreram no currículo e na estrutura e organização das escolas. Não foi, porém, o único. Explicar as mudanças ou o desenvolvimento da educação somente em termos econômicos seria uma simplificação, isto é, houve mudanças reais de atitude, de conhecimento, ideologias, que estão associadas às pressões econômicas e tecnológicas, mas que, por sua vez, conceitualmente, são diferentes delas.

Segundo Moreira e Silva (1997), a origem do pensamento curricular no Brasil iniciou-se a partir dos anos 20 e 30 do século XX, tendo como parâmetro diferentes teorias principalmente a dos Estados Unidos, sob influência das idéias de John Dewey e Kilpatrick, que criticavam o currículo tradicional, elitista e defendiam idéias progressivistas. Os conteúdos escolares no Brasil até então, tinham uma forte ligação com a concepção jesuítica do período colonial em relação à educação, ou seja, reinava absolutamente o currículo tradicional na primeira metade do século XX.

A partir da Primeira Guerra Mundial e das grandes crises econômicas do começo do século XX que abalaram significativamente a sociedade ocidental moderna a educação passa a ser proposta como o mais poderoso instrumento de reconstrução social, política e moral responsável pela melhoria social e bem estar coletivo. Diante disto, o indivíduo passa a ser visto como resultante de múltiplas influências do ambiente social. Questiona-se a possibilidade do ensino realizar-se somente na sala de aula, uma vez que o indivíduo é formado à semelhança de seus contemporâneos e conseqüentemente a amplitude de desenvolvimento possível do indivíduo só pode ser dada pela sociedade.

Os estudos e avanços das Ciências Humanas, principalmente em relação ao desenvolvimento psicobiológico descrevem a criança como um ser em constante interação social. A escola então é enfatizada como parte

fundamental da comunidade e é a comunidade em si, assim como a sociedade, que deve ser o ambiente privilegiado e o campo de trabalho da escola.

Nos anos 70, os educadores brasileiros foram influenciados por vários tipos de abordagens teóricas, as correntes psicológicas de cunho behaviorista e a teoria de capital humano, de cunho funcionalista.

A partir da década de 80, abordagens etnográficas, interpretativas, que professam grande desconfiança, e até certo desprezo pelas análises macrossociológicas, fazem-se cada vez mais presentes, estimulando o aparecimento entre nós de vários estudos sobre o conteúdo escolar e o funcionamento interno das escolas, proporcionando assim, uma leitura crítica e transformadora do currículo.

Como podemos perceber, a construção curricular no Brasil não aconteceu somente sob uma ideologia, mas com influência de tendências, objetivos e interesses diferentes. Um currículo não surge do nada, mas de uma necessidade social e principalmente econômica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Documento Referencial para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. 2007.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO. O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. – Curitiba : SEED, 2008.

GARCIA, Sandra R .O. A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: obstáculos e avanços na rede pública do Paraná. Curitiba, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO. Fundamentos Políticas e Pedagógicas da Educação Profissional, Curitiba, PR. 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. – São Paulo : Paz e Terra, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS. Ensino Médio integrado : concepções e contradições. São Paulo : Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 12, n. 34, 2007.

GIMENO SACRISTAN, J. “Currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática?” In Gimeno Sacristan, J. Y Pérez Gomes, A. I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998, 4ª Ed.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. Currículo, cultura e sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.